

leções existentes na empresa, em matéria de autorização de despesas e contratos públicos.

11 — Os órgãos subdelegados devem mencionar essa qualidade em cada acto com eficácia externa praticado ao abrigo de poderes subdelegados e, bem assim, mencionar o número do Aviso e o número, a data e a série do *Diário da República* em que o despacho de subdelegação foi publicado.

12 — Os poderes subdelegados cessam:

a) Por revogação do presente Despacho;
b) Por caducidade, resultante de se terem esgotado os seus efeitos ou da mudança de titulares do Conselho de Administração, enquanto órgão delegante, ou do Director anteriormente identificado.

13 — Todas as dúvidas de interpretação ou de aplicação do presente Despacho serão resolvidas pelo Conselho de Administração ouvido o Gabinete de Assuntos Jurídicos (GABJUR) e os órgãos interessados.

14 — Nos termos do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo são ratificados, com efeitos a partir de 1 de Dezembro de 2010 (inclusive), todos os actos praticados, no âmbito do presente Despacho, pelo Director identificado no n.º 1 anterior.

15 — A presente subdelegação de poderes não prejudica os direitos de direcção, avocação e superintendência.

16 — Nos termos do n.º 2 do artigo 37.º do Código do Procedimento Administrativo o presente Despacho será publicado no *Diário da Re-*

pública, produzindo efeitos na mesma data em que entrou em vigor a deliberação do Conselho de Administração da NAV Portugal, E. P. E., que aprovou a Ordem de Serviço n.º 011/10.

4 de Janeiro de 2011. — O Vogal do Conselho de Administração, *José Carlos Costa Infante de la Cerda*.

204241957

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE CASTELO BRANCO, E. P. E.

Deliberação (extracto) n.º 281/2011

Por deliberação de 07/01/2011, do Conselho de Administração da ULS de Castelo Branco, E. P. E.:

Abel Jesus Roque, António Manuel Pires Barata, Maria Helena Ribeiro Gonçalves Lopes e Maria Luz Ascensão Gonçalves Toscano, assistentes técnicos — autorizada a prorrogação da mobilidade interna, na categoria de coordenadores técnicos, até 31 de Dezembro de 2011, nos termos do artigo 41.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

17 de Janeiro de 2011. — O Vogal do Conselho de Administração, *Carlos Canaveira*.

204239284



PARTE H

MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA

Aviso n.º 2931/2011

Em cumprimento do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, faz-se público que, realizado que foi o procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de oito postos de trabalho da carreira/categoria de técnico superior, área de actividade de desporto, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 154, de 11 de Agosto de 2009, o Município de Albufeira celebrou Contratos de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, para a carreira/categoria de técnico superior, posição 2, nível 15, com:

Albino dos Santos Garcia Monteiro, com efeitos a 2/11/2010.
Fátima Cristina Rocha dos Santos, com efeitos a 2/11/2010.
João Paulo da Silva Pedrosa, com efeitos a 2/11/2010.
Lucélia Maria Madureira Monteiro, com efeitos a 2/11/2010.
Sandra Isabel Crispim Gabadinho, com efeitos a 2/11/2010.
Isabel Maria Andrade Figueira, com efeitos a 15/11/2010.

18 de Janeiro de 2011. — Por delegação de competências do Sr. Presidente da Câmara (despacho de 23/10/2009), a Vereadora do Pelouro dos Recursos Humanos, *Ana Pifaro*.

304235169

Aviso n.º 2932/2011

Em cumprimento do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, faz-se público que, realizado que foi o procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de dois postos de trabalho da carreira/categoria de assistente operacional, área de actividade de serralheiro civil, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 80, de 26 de Abril de 2010, o Município de Albufeira celebrou Contratos de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, para a carreira/categoria de assistente operacional, posição 1, nível 1, com:

António Marcos Camargos Pêgo, com efeitos a 12/01/2011.
Joaquim Manuel Charro Franco, com efeitos a 17/01/2011.

18 de Janeiro de 2011. — Por delegação de competências do Presidente da Câmara (despacho de 23/10/2009), a Vereadora do Pelouro dos Recursos Humanos, *Ana Pifaro*.

304234504

MUNICÍPIO DE ALCOBAÇA

Aviso n.º 2933/2011

Para os devidos efeitos e nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se pública a lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados no procedimento concursal comum para ocupação de dois postos de trabalho na carreira e categoria de Assistente Operacional, na área de Acção Educativa — Cozinheiro, para exercer funções em Jardins de Infância, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 127 — 02 de Julho de 2010, homologada por despacho do Sr. Presidente de 06 de Janeiro de 2011:

1.º lugar — Susana Maria Bernardo Vaz — 14,67 valores; 2.º lugar — Helena Maria Santos Pereira Moreira — 14,00 valores; 3.º lugar — Cidalina Maria Tomás Rodrigues — 12,23 valores; 4.º lugar — Regina Maria Crisóstomo dos Santos Semedo — 12,00 valores.

Candidatos que desistiram por terem faltado à Prova Escrita de Conhecimentos Teóricos:

Carlos Miguel Pereira Duarte e Maria Luísa Matias Simões.

A candidata Ana Maria Gutierrez Suarez foi retirada da lista unitária de ordenação final, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 37.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, por não ter apresentado documento adequado e comprovativo de titularidade de nacionalidade portuguesa.

7 de Janeiro de 2011. — O Presidente da Câmara, *Paulo Jorge Marques Inácio*, Dr.

304218929

Aviso (extracto) n.º 2934/2011

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37 da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que por despacho do Presidente da Câmara, datado de 27/12/2010, e na sequência do procedimento concursal comum publicado na 2.ª série do *Diário da República*, N.º 133, de 12 de Julho de 2010, para preenchimento de um posto de trabalho na carreira/categoria de Assistente Operacional da área de Telefonista, após negociação do posicionamento remuneratório nos termos do artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, foi celebrado contrato de trabalho por tempo indeterminado, a 23 de Dezembro de 2010, com a candidata